

GRAMSCI E O ELITISMO DE ESQUERDA¹

*Pretende-se que sempre existam governantes e governados,
ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desaparece?
Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano
ou crê-se que ela é apenas um fato histórico correspondente a certas condições?*
Gramsci, Caderno do Cárcere, Vol. 3. Caderno 13, § 6, e caderno 15, § 4

*A teoria das elites recupera muito do que de realístico
e não do que meramente ideológico
contém a doutrina tradicional da Democracia
e tem, por consequência, não tanto a negação de existência de regimes
democráticos, mas mais uma redefinição que terminou
por tornar-se preponderante na hodierna ciência política da Democracia.*
BOBBIO, N. Democracia. In: *Dicionário de Política*, p. 326

1. A influência dos elitistas na Itália.

Como vimos anteriormente, a teoria das elites exerceu uma grande influência na Itália em vários âmbitos ideológicos, a ponto de Bobbio afirmar que com os elitistas nasce a ciência política italiana: “As bases para um estudo empírico da política foram colocadas na Itália por Mosca e Pareto. Pode-se considerar que a ciência política aparece na Itália em 1896, com os *Elementi di Scienza Politica*, de Mosca”².

Segundo o filósofo de Turim, aos poucos, a teoria foi separada do seu caráter ideológico e acolhida como “historicamente correta”, por seu valor científico, por autores liberais democráticos e antifascistas como Pietro Gobetti (1901–19026), Guido Dorso (1892–1947), Filippo Burzio (1891–1948); além de Luigi Einaudi (1874-1961), Benedetto Croce (1866-1952) e Gaetano Salvemini (1873-1967)³.

Sobre os três primeiros autores escreve Bobbio:

Em os nossos três autores, a teoria das elites apresenta-se ora como um programa político, ora como uma doutrina científica. [...] As diferenças não são apenas de inspiração, mas também de substância. Gobetti e Dorso apoiam-se no uso ideológico da teoria, com a contraposição entre uma elite velha, que já exauriu a sua tarefa, e uma elite nova, que deveria renovar o costume político italiano; entre uma elite real, ancorada nas classes patronais, e uma elite ideal, aliada às classes populares em movimento⁴.

Nesses autores, a teoria das elites não aparece em contradição com a democracia, nem com o liberalismo:

Nessa contraposição, vê-se primeiramente o enxerto da teoria das elites em uma concepção democrática da vida política. São sempre grupos restritos que dirigem a

Publicado in TOSI, G. – GUIMARÃES, R. *Democracia & elitismo dos antigos e dos modernos. ensaios*. Curitiba: CRV, 2020, p..250 -271.

² BOBBIO, N. *Ensaio sobre a ciência política na Itália*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 16.

³ BOBBIO, N. 2002, p. 312: “A teoria da classe política teve sucesso não entre os escritores fascistas, mas entre os democratas e antifascistas”.

⁴ IDEM, p. 280.

política. [...] Uma política democrática é uma política elaborada por minorias que exprimem exigências e ideias progressistas e conduz as classes populares à consciência dos próprios direitos e da própria missão histórica. Em Burzio dever-se-ia falar nesse contexto mais propriamente de um enxerto da teoria em uma concepção liberal da vida política, entendida a sociedade liberal como aquela em que estão postas as melhores condições para um aberto antagonismo entre grupos rivais ⁵.

Bobbio (ao contrário de Gramsci) assume uma postura mais favorável à teoria das elites, e propõe uma leitura menos ideológica e mais científica do elitismo democrático que, segundo ele, já estaria presente *in nuce*, senão em Pareto, no primeiro Michels e, sobretudo, na doutrina da classe política de Gaetano Mosca⁶.

Segundo Bobbio, há também uma versão de esquerda da teoria, presente na concepção de Marx e de Lênin. O líder russo, de maneira autônoma em relação aos elitistas, em 1902 na obra *O que fazer?* desenvolvendo a famosa tese de que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, afirma que para que haja uma teoria revolucionária é preciso que haja um grupo dirigente (neste caso o partido bolchevique) que atue como vanguarda do proletariado.

No capítulo intitulado *A espontaneidade das massas e a consciência da socialdemocracia*, Lênin afirma que a consciência política revolucionária só pode ser introduzida “de fora” da classe operária.

A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa. Do mesmo modo, na Rússia, a doutrina teórica socialdemocrata surgiu de uma forma completamente independente do avanço espontâneo do movimento operário; emergiu como consequência natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas ⁷.

Bobbio, em *Os intelectuais e o poder*, comenta que esta tese teve início com Kautsky:

Kautsky sustenta a tese, tornada célebre porque acolhida por Lênin em *Que fazer*, segundo a qual se deve considerar completamente falso que a consciência socialista seja o produto necessário e direto da luta de classe do proletariado, pois essa consciência, ao contrário, só pode surgir com base em profundos conhecimentos científico, patrimônio exclusivo dos intelectuais, razão pela qual “a consciência socialista é um elemento importado do exterior pela luta de classe do proletariado, e não algo que surja espontaneamente desta” ⁸.

Esta tese persiste, ainda que de maneira diferente, em Gramsci, segundo Bobbio:

⁵ IDEM, p. 280-281.

⁶ BOBBIO *et alii*, 1986, p. 387.

⁷ LENIN, V. *Que fazer*, São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 31.

⁸ BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 123.

Modificado o sujeito histórico, não mais o príncipe, mas o proletariado (cujo partido será o “moderno príncipe” de Gramsci), não mudara a tarefa pedagógica do homem de ciência que continuará a ser a de iluminar o governante. Não é o caso de recordar a disputa em torno da tese que passou à história como a tese leniniana da consciência socialista levada ao movimento operário pelos intelectuais, duramente criticada por Plekhanov, que a acusou de idealismo. Para o discurso que aqui estou fazendo sobre o tema dos intelectuais na sociedade moderna, basta recordar que àquela tese está conectada a interpretação polêmica da Revolução Russa como revolução de intelectuais (mais especificamente, de intelectuais sem classe, alienados, marginalizados etc.)⁹.

• Não somente a teoria leninista, na sua versão “oriental”, mas também a versão “ocidental” do “partido de quadros e de massa”, como “moderno príncipe”, proposto por Gramsci e realizado na Itália do pós-guerra por Togliatti¹⁰, podem ser lidas como uma versão “de esquerda” da teoria das elites, como procuraremos demonstrar a seguir.

Apesar de a palavra ter um sentido pejorativo, a teoria elitista *lato sensu* simplesmente reivindica a existência, em toda forma de governo, de um grupo dirigente, de uma classe política que governa, que é minoria, e de outro grupo que é governado, que é maioria. Os teóricos elitistas mais conservadores naturalizam essa teoria, considerando-a uma lei natural imutável, outros a historicizam como uma lei histórica existente até agora.

Os elitistas influenciaram também Gramsci, assim como outros intelectuais de esquerda, no período da formação do seu pensamento político, e se tornaram, posteriormente, um dos principais interlocutores e adversários na fase madura da sua reflexão e ação política.

Bobbio, ao estudar as influências na formação do pensamento político de Gramsci, mostra a importância da teoria das elites¹¹:

O que caracterizava o pensamento político italiano daqueles anos [após a Primeira Guerra Mundial] e o caracterizará também em seguida ao ponto de constituir uma espécie de marca registrada, era a teoria das elites, que podia contar com a autoridade de estudiosos como Pareto, Mosca e Michels. Mosca e Michel são bem conhecidos de Gramsci.¹² Frequentemente citados e sempre maltratados com juízos severíssimos tanto sobre as pessoas, quanto sobre as obras¹³.

Gramsci define o livro de Mosca *Elementi di Scienza Politica* como “uma enorme mixórdia de caráter sociológico e positivista, com, além disso, a tendenciosidade da política imediata, o que o faz menos indigesto e literariamente mais vivaz”¹⁴.

⁹ IDEM, *Ibidem*.

¹⁰ MONDAINI, Marco. *Do stalinismo à democracia*. Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

¹¹ BOBBIO, N. Gramsci e os estudos políticos na Itália. In BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pp. 89-106.

¹² IDEM, p. 92: “Em 1923, aparece a segunda edição revista e ampliada dos *Elementos de Ciência Política* de Gaetano Mosca, que Gramsci conhece. Mosca havia sido professor até 1924 na Universidade de Turim”.

¹³ IDEM, p. 96.

¹⁴ Caderno II, § 24.

Sobre a teoria das elites, o juízo de Gramsci era o oposto ao de Gobetti, que afirmara ser a teoria mosquiana da classe dirigente “uma das que abrem áreas infinitas de terra para a pesquisa dos homens”¹⁵.

Ele considera pouco clara a teoria da classe política de Mosca:

A questão da classe política, tal como apresentada nas obras de Gaetano Mosca, tornou-se um quebra cabeça. Não se compreende com clareza o que Mosca entende precisamente por classe política, tanto a noção é elástica e vaga. Algumas vezes parece que por classe política se deva entender a classe média, outras vezes o conjunto das classes possuidoras, outras vezes o que se denomina a “parte culta” da sociedade, ou o “pessoal político” (camada parlamentar) do Estado: por vezes, parece que a burocracia, até mesmo em seu estrato superior, esteja excluída da classe política, na medida em que deve ser precisamente controlada e guiada pela classe política. A deficiência da abordagem de Mosca reside no fato de que ele não enfrenta, em seu conjunto, o problema do “partido político”, [etc.] (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, p. 22-23)¹⁶.

A respeito disso, Bobbio se pergunta: “Mas tinha fundamento a refutação gramsciana da teoria das elites? Acima de tudo, era coerente com a sua análise da sociedade e da história? E com o seu programa de ação?”. E responde: “Não obstante esta intolerância com a obra mosquiana, talvez animada mais por motivos ideológicos que racionais, na concepção da história de Gramsci não é de modo algum estranha a ideia da função das elites na promoção dos avanços da sociedade”¹⁷.

Os comunistas pertencem, segundo Gramsci, “a uma categoria de homens que se distinguem claramente do resto da humanidade e tendem a construir uma **aristocracia do espírito e do caráter moral**”¹⁸. Não é preciso sublinhar mais uma vez a importância que tem, no pensamento de Gramsci, o trabalho dos intelectuais na formação da consciência das massas. Basta citar um trecho entre tantos: “Autoconsciência crítica significa histórica e politicamente a criação de **uma elite de intelectuais**”, onde por “intelectuais” se entende, em sentido amplo, “organizadores e dirigentes”, “um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica”¹⁹.

É nesse sentido que avançamos a hipótese de uma possível “teoria das elites” gramsciana, obviamente um elitismo de esquerda diferente do elitismo conservador dos fundadores da doutrina e distinto do vanguardismo leninista.

2. Gramsci e a teoria das elites.

O texto seminal para a nossa reflexão é, como sempre em Gramsci, um texto denso e complexo que precisa ser interpretado:

¹⁵ Gobetti, in BOBBIO, N. 2002, p. 97.

¹⁶ Para os *Cadernos do Cárcere*, utilizaremos a edição brasileira cotejada com a italiana: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4v. (Edizione elettronica a cura dell’International Gramsci Society).

¹⁷ BOBBIO, 1999, p. 98.

¹⁸ GRAMSCI, in BOBBIO, 1999, p. 98. A citação de Gramsci é retirada de *L’Ordine Nuovo*: prima pagina e cronache torinesi, 1921.

¹⁹ BOBBIO, 1999, p. 98. A citação de Gramsci é retirada de: *Quaderni de Carcere* 11, § 12, p. 1386.

Deve-se mesmo dizer que os primeiros a ser esquecidos são exatamente os primeiros elementos, as coisas mais elementares; estes, por outro lado, repetindo-se infinitas vezes, transformam-se nos pilares da política e de qualquer ação coletiva. Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irredutível (em certas condições gerais). (*Cadernos do Cárcere* 15, vol. 3, p. 324-5).

Aparentemente, Gramsci está aqui concordando com a irredutibilidade da existência de governantes e governados, como afirmavam os elitistas; mas, na continuação do argumento, trata este fato como problemático, como algo que precisa ser estudado para ver se e como pode ser superado:

As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Dado este fato, deve-se ver como se pode dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes (e nisto precisamente consiste a primeira parte da ciência e arte política), e como, por outro lado, conhecem-se as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados. (*Cadernos do Cárcere*, 15, vol. 3, §4, p. 324-5).

O fato existe e exige que se encontre a maneira mais eficaz para preparar os dirigentes para conseguir a obediência ou o consenso dos governados.

E conclui esse argumento indo ao âmago do problema:

Na formação dos dirigentes é fundamental a premissa. Pretende-se que sempre existam governantes e governados, ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desaparece? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico correspondente a certas condições? (*Cadernos do Cárcere*, 13, Vol.3, § 6, e *Caderno* 15, § 4).

Esta postura de Gramsci corresponde ao seu historicismo.

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura. No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo — isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente — sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. [...] Ocorre, de fato, que grupos sociais que, em determinados aspectos, exprimem a mais desenvolvida modernidade, em outros se manifestam atrasados com relação à sua posição social, sendo, portanto, incapazes de completa autonomia histórica. (*Cadernos do Cárcere*, 1 nota II do §12, p. 94-5).

Gramsci, com a perspicácia e a lucidez que o caracterizam, percebe a relevância do desafio que a teoria das elites lança para a esquerda marxista, e identifica a questão central do elitismo. O filósofo responde ao desafio historicizando a tese elitista, retirando-lhe o seu caráter de “lei natural e universal”, fundada numa característica permanente e imutável da natureza humana.

Afirma o autor dos *Cadernos do Cárcere*:

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma “natureza” humana abstrata, fixa e imutável [...], mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com o método da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento (*Cadernos do Cárcere* Vol. 3, § 56).

Porém a historicização não é suficiente para afastar o desafio lançado pelos elitistas, tanto de um ponto de vista teórico como empírico. Gramsci deixa entrever que essa distinção, sendo histórica, pode ser superada, entretanto não dá uma resposta clara, o que levanta um debate interpretativo sobre o elitismo de Gramsci.

Segundo alguns intérpretes, a teoria política gramsciana seria um desenvolvimento crítico da teoria de Mosca, tese defendida, por exemplo, por Maurice A. Finocchiaro²⁰.

Ao contrário Nelson Coutinho afirma que nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci historiciza a tese dos elitistas, retirando-lhe o seu caráter de “lei natural e universal” e polemiza com a interpretação de Finocchiaro.

Esta posição historicista não deixa nenhuma dúvida sobre o fato de que Gramsci se afasta da “ciência política” do seu tempo – por exemplo, daquela formulada por Gaetano Mosca – com a mesma radicalidade com que Marx se afastava da economia política de Smith e Ricardo. Parece-se assim absolutamente injustificável a posição de um estudioso norte-americano que, pretendendo defender a indefensável hipótese de que “a teoria política gramsciana é em grande parte uma crítica construtiva ou um desenvolvimento crítico da teoria de Mosca” diz, corretamente que “Mosca parece teorizar a eternidade e imutabilidade deste fato [a divisão entre governantes e governados], enquanto Gramsci parece pressupor o oposto”, mas conclui de maneira precipitada, afirmando “que esta diversidade talvez seja apenas aparente”²¹.

Carlos Nelson Coutinho afirma que, com relação à pergunta se devem sempre existir governantes e governados, ou se esta divisão deve desaparecer,

Gramsci adota sem dúvida a segunda alternativa. [...]Para ele, essa divisão nem sempre existiu e nem sempre existirá, já que poderá desaparecer na “sociedade regulada (o belo pseudônimo que Gramsci inventou para “comunismo”), na qual será superada a divisão da sociedade em classes antagônicas.

E precisa que “sociedade regulada” para Gramsci significa “uma complexa e bem articulada sociedade civil em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por

²⁰ FINOCCHIARO, Maurice A. Gramsci e Gaetano Mosca. In: GIACOMINI, Ruggiero; LOSURDO, Domenico; MARTELLI, Michele (orgs). *Gramsci e l'Italia*. Napoli: Città del Sole, 1994, pp. 114 e 120. Finocchiaro aprofundou o tema in: FINOCCHIARO, Maurice. *Beyond Right and Left*. Democratic elitism in Mosca and Gramsci. New Haven and London: Yale University Press, 1999. Ver também: BASILE, Luca. “Mosca, Gramsci e la Distinzione Governanti-Governati. Alcune Considerazioni Preliminari”. *Cogito - Multidisciplinary research Journal* 2:11-22. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=290479>.

²¹ COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci*. Ensaios de teoria política. São Paulo: Editora Boitempo, 2011, p. 113-114. Nessa mesma linha ver: BIANCHI, Álvaro; ALIAGA, Luciana. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise social*, 203, XLVII (2.º), 2012.

isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política” (CC 3,279). Comentando que: “Ora, o “autogoverno” aqui proposto aponta precisamente para a superação da divisão entre governantes e governados²².

O preço a pagar para esta historicização da questão é a adesão à filosofia da história marxista do fim do Estado e da “auto-regulamentação dos produtores associados” (*o belo pseudônimo*): uma utopia muito mais radical daquela dos socialistas utópicos criticados por Marx e muito pouco “científica”.

Sem querer entrar nesta discussão e exaurir um argumento muito complexo, nos parece que a posição de Gramsci sobre o tema vai no sentido de uma persistência da *distinção* entre governantes e governados, ainda que historicizada e reformulada. Pelo menos três elementos centrais do pensamento gramsciano levam a identificar uma presença relevante de um elitismo de esquerda na ciência política do filósofo marxista italiano: o papel dos intelectuais, o papel do partido como “príncipe coletivo”, o conceito de hegemonia ideológica e política, elementos que, por sua vez, se encontram no conceito de bloco histórico.

Tentaremos definir assim, ainda que sumariamente, os traços principais de uma “teoria gramsciana das elites”.

2.1 Intelectuais orgânicos e tradicionais

Um primeiro diálogo com os elitistas se dá quando Gramsci aproxima a classe política de Mosca, do conceito de “elite” de Pareto, e lê os dois conceitos como tentativas de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais.

Os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada “classe política” de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de “classe política” de Mosca deve ser aproximado do conceito de “elite” de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (*Cadernos do Cárcere*, Vol. 2, § 24. História dos intelectuais).

A referência é obviamente à famosa distinção gramsciana entre intelectuais tradicionais e orgânicos, que, segundo Bobbio, dava “seguimento, embora com espírito crítico, à linha que havia caracterizado a história do intelectual revolucionário, a da identidade entre compromisso político e compromisso cultural”²³.

Gramsci havia afirmado nos *Cadernos do Cárcere*:

Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, § 1, p. 15: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo).

²² COUTINHO, 2011, p. 114.

²³ BOBBIO. Democracia. In *O filósofo e a Política*, 2003, p. 457.

São esses os intelectuais orgânicos a uma determinada classe, que pode ser a dominante ou a nova classe em ascensão (o proletariado), a serviço da qual atuam na formação do consenso e da coerção social.

O intelectual tradicional é definido como um intelectual que está vinculado a uma classe e a uma estrutura social e econômica em decadência, mas que ainda persiste:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, § 1, p. 16).

Os intelectuais orgânicos à classe dominante são assim definidos:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, § 1, p. 21).

O que interessa para a nossa hipótese é o caráter essencial que os intelectuais, orgânicos ou tradicionais, assumem na teoria gramsciana, para a conservação ou para a transformação da sociedade: o que mostra a *necessidade de uma elite*.

O papel dos intelectuais é tão relevante para Gramsci que encontramos uma afirmação surpreendente, que parece moldada na “lei de ferro da oligarquia” de Michels. Ao falar da relação entre teoria e prática no materialismo histórico, Gramsci escreve:

Todavia, nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito de unidade entre a teoria e a prática permanece ainda numa fase inicial: subsistem ainda resíduos de mecanicismo, já que se fala da teoria como “complemento” e “acessório” da prática, da teoria como serva da prática. Parece justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); **e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica.** Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas. (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, nota III, § 12, p. 104-5)²⁴.

A vanguarda intelectual tem a missão de promover historicamente a autoconsciência da massa, para que ela se torne independente. Porém esse processo

²⁴ É esta uma das poucas vezes que nos *Cadernos* aparece a palavra vanguarda. Negritos dos autores.

não se dá de forma arbitrária, o intelectual age no interior de um sujeito coletivo que é o *partido*, o “moderno *Príncipe*”.

2.2. O partido e a reforma moral e intelectual.

No caso do intelectual revolucionário, o partido é o lugar onde ele pode exercer sua função transformadora. Isso porque:

ao partido compete, em primeiro lugar, como partido da classe trabalhadora, a tarefa da ‘reforma moral e intelectual’ da sociedade: o partido do proletariado será não somente um novo príncipe, mas também um novo intelectual (coletivo) e realizará, de uma nova maneira, a síntese entre teoria e prática ²⁵.

Nas considerações originais de Gramsci sobre o partido como moderno príncipe se lê:

O moderno Príncipe, o mito-Príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; pode ser somente um organismo, um elemento social no qual já tenha iniciado a concentração de uma vontade coletiva reconhecida e que se firmou parcialmente na ação. Este organismo já foi dado pelo desenvolvimento histórico, e é o partido político, a forma moderna na qual se reassumem as vontades coletivas parciais que tendem a se tornar universais e totais.

[...]

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo. Também neste campo encontramos, na tradição, ausência de jacobinismo e medo do jacobinismo (a última expressão filosófica desse medo é a atitude malthusiana de B. Croce em face da religião). O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, §1, p. 18).

A tarefa que Gramsci atribui ao partido como moderno *Príncipe* (aludindo ao livro de Maquiavel) é grandiosa: plasmar uma vontade coletiva nacional que promova uma reforma moral e intelectual da Itália; inspirada, ao mesmo tempo, no jacobinismo e no maquiavelismo:

Il moderno Principe deve avere una parte dedicata al *giacobinismo* (nel senso completo della nozione già fissata in altre note) come esempio di come si forma una concreta e operante volontà collettiva. E occorre che si definisca la «volontà collettiva» e la *volontà politica* in generale nel senso moderno, la volontà come coscienza operosa della necessità storica, come protagonista di un reale e immediato dramma storico (Quaderni del Carcere 8, § (21), p. 952)²⁶.

É significativa a referência ao jacobinismo, que serviu de inspiração também aos bolcheviques, pelo papel dirigente que eles tiveram para moldar uma férrea vontade coletiva; assim como é significativa a referência à necessidade histórica, expressão do

²⁵ GRAMSCI, in BOBBIO, N. Democracia. In: *O filósofo e a Política*, 2003, p. 458.

²⁶ Não localizei a tradução portuguesa deste trecho na edição de Carlos Nelson Coutinho.

historicismo de Gramsci. O objetivo é a “Revolução nacional”, em verdade a revolução comunista que, comenta Bobbio: “Como fato total requer um compromisso total” ²⁷.

Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa; na compreensão disso, deve-se identificar um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção da revolução nacional (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, §1, p. 18).

No caso italiano, para moldar esta vontade nacional-popular, era indispensável a inclusão não somente do operariado urbano, mas da enorme massa dos camponeses que constituíam ainda grande parte da população, sobretudo no Sul (de onde vem as famosas reflexões de Gramsci sobre *La quistione meridionale*).

A tarefa verdadeiramente hercúlea é elevar a vontade nacional-popular a uma forma superior e total de civilização,

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, §1, p. 18).

O partido assume assim um papel ético-político quase que absoluto, que não admite conciliações, mediações, e se torna um “imperativo categórico que investe toda a vida e as relações de costume”:

O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. **O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico**, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume. (grifos nossos) (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, §1, p. 19) ²⁸.

É evidente que essa concepção do partido tem analogia com a concepção do “Estado ético”, de Giovanni Gentile, ainda que com sinal oposto²⁹. As características que Gentile atribui ao Estado, a partir de uma leitura “totalitária” da *sittliche totalität*, de Hegel, são atribuídas agora ao partido, que assume uma missão ético-política de renovação total, intelectual, política e moral de toda a sociedade criando assim uma síntese entre sociedade política e sociedade civil. Obviamente, não mais em nome do espírito objetivo hegeliano, mas do materialismo histórico e dialético na sua necessidade histórica. Ao final, Marx, Croce, Gentile e Gramsci são todos filhos do historicismo hegeliano.

²⁷ BOBBIO, N. Democracia. In: *O filósofo e a Política...*, p. 459.

²⁸ Essa frase lembra as posições de Schmitt quanto à teologia política, como secularização ou laicização do cristianismo. Os negritos são dos autores.

²⁹ Ver: SEMERARO, Giovanni. A utopia do Estado Ético em Gramsci e nos Movimentos populares. *Revista Educação Pública*. Cuiabá v. 20 n. 44 p. 465-480, set./dez. 2011.

É a esse grandioso projeto que devem se dedicar os intelectuais orgânicos, cuja missão primordial e principal é lutar para alcançar a hegemonia ideológica tão ou mais importante do que as mudanças das relações econômicas e sociais, porque, sem ela, tais mudanças não ocorreriam.

2.3. A hegemonia ideológica: consenso e dominação.

O tema da hegemonia em Gramsci é extremamente complexo. Vamos nos limitar aqui a algumas observações, sobretudo em relação ao papel dos intelectuais na disputa pela hegemonia. O intelectual orgânico, atuando no Partido, exerce uma função de hegemonia ideológica, cultural e política na sociedade na administração do consenso e do domínio/dominação.

Gramsci recebe o conceito de hegemonia de Lênin:

§ 12. *Introdução ao estudo da filosofia*. A proposição contida na introdução a *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, e nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Illich à filosofia da práxis. Illich teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, e um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (*Cadernos do Cárcere* 11, vol. 1, §12, p. 320).

A hegemonia em Gramsci possui duas dimensões, uma cultural/intelectual, que mira ao consenso na sociedade civil, e uma mais propriamente política, que visa a dominação através do controle do Estado. Ambas as dimensões são essenciais para a conquista do poder político: hegemonia é direção mais dominação.

Il criterio storico-politico su cui bisogna fondare le proprie ricerche è questo: che una classe è dominante in due modi, è cioè «dirigente» e «dominante». È dirigente delle classi alleate, è dominante delle classi avversarie. Perciò una classe già prima di andare al potere può essere «dirigente» (e deve esserlo): quando è al potere diventa dominante ma continua ad essere anche «dirigente». (*Quaderni del Carcere*, Vo. 1 § (44), p. 41)³⁰.

A hegemonia combina o consenso e a coerção, garantindo que uma classe seja dominante; contudo essa direção só é possível graças à *ideologia*, que no pensamento gramsciano é o vetor por excelência da hegemonia.

A realização da hegemonia, enquanto combinação de força e consenso requer não somente o recurso aos aparelhos repressivos do Estado, mas também demanda uma formação cultural necessária à conformação da opinião dominante. O procedimento de adesão das classes subalternas passa então pelo convencimento nos diversos aparelhos privados de hegemonia: escola, igreja, sindicatos, imprensa, partidos etc.

³⁰ Não localizamos a tradução portuguesa deste trecho na edição de Carlos Nelson Coutinho.

Gramsci evidencia a importância dos sistemas ou dos aparelhos de hegemonia, em particular a escola, entretanto amplia a relação escolar para uma relação pedagógica mais ampla:

Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, **entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército**. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (*Cadernos do Cárcere* 10, vol. 1, p. 399. Negritos dos autores).

É assim que Gramsci propõe uma extensão do conceito de intelectuais, movidos pela tarefa de formar intelectuais coletivos na construção de uma hegemonia alternativa, responsáveis por organizar e formar consciência crítica em favor dos subalternos. Não se trata, pois, de manter a existência de intelectuais *exclusivos*, mas elevar todos à *função de intelectuais*, isto é, à sua *capacidade de dirigentes* na sociedade. Essa é uma das diferenças principais com os elitistas clássicos que consideravam o “povo” incompetente para governar e somente apto a ser governado. Esse aspecto aproxima o pensamento de Gramsci à tese protagoriana de que todos possuem a arte política, contrariamente às posições elitistas.

A luta ideológica pela hegemonia cultural aparece assim necessária para a conquista do poder, que não pode se limitar à utilização da dominação e da força, sem passar pelo momento do consenso. Daí a importância dos intelectuais e da luta pela hegemonia cultural na sociedade civil: uma das principais contribuições e inovações de Gramsci em relação à concepção economicista do materialismo histórico reformista, e do voluntarista leninista.

2.3. O bloco histórico.

Intelectuais orgânicos, partido político e hegemonia confluem no bloco histórico: “l’insieme complesso e discorde delle sovrastrutture sono il riflesso dell’insieme dei rapporti sociali di produzione” (Quaderno 8, § 182. *Struttura e superstrutture*, p. 1051).

A estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, no qual os intelectuais exercem a função da hegemonia e do consenso, como afirma Gramsci, recuperando a concepção ético-política da história de Benedetto Croce:

(...) o pensamento de Croce deve ser apreciado como valor instrumental e, assim, pode-se dizer que ele atraiu energicamente a atenção para o estudo dos fatos de cultura e de pensamento como elementos de domínio político, para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto. A história ético-política, portanto, é um dos cânones de interpretação histórica que se deve sempre ter presente no exame e no

aprofundamento do desenvolvimento histórico, se e que se quer fazer história integral e não histórias parciais ou extrínsecas (*Cadernos do Cárcere*, 10, vol. 1, p. 283).

Na formação do bloco histórico, o intelectual exerce uma função fundamental; mas – alerta Gramsci – somente se não se isola do povo-nação, se se relaciona com as paixões elementares do povo. Sobre o bloco histórico, convém citar uma passagem que está no *Caderno 11*, bastante pertinente, sobretudo quando trata da relação elite-massa, ou intelectuais-povo:

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. Não que o pedante não possa ser apaixonado, ao contrário; o pedantismo apaixonado é tão ridículo e perigoso quanto o sectarismo e a mais desenfreada demagogia. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, p. 221).

A relação ou dialética elite/massa é bem diferente daquela proposta pelos elitistas, é pedagógica e aberta a um confronto mais estreito entre o “sentir” das massas e o “saber” dos intelectuais, para evitar os extremos do pedantismo, de um lado, e do fanatismo, do outro.

Porém, apesar das preocupações e dos cuidados pedagógicos de Gramsci, há algo implícito a todo o discurso e que não pode ser questionado: a concepção superior do mundo, elaborada cientificamente é o socialismo científico, ou a filosofia da práxis, ou o materialismo histórico e dialético ao qual o povo-nação deve ser “elevado” ou “educado”, através de uma relação orgânica (sentimental e intelectual), em que a distinção entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, não é eliminada, mas articulada na formação do “bloco histórico”.

(...) não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber não de uma maneira mecânica, mas vívida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social; cria-se o “bloco histórico” (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, p. 222).

No bloco histórico, entendido como “unità tra la natura e lo spirito (struttura e superstruttura) unità dei contrari e dei distinti” (*Quaderno* 13, § (10), p. 1569), a relação entre intelectuais e povo, apesar de todos os cuidados gramscianos contra o perigo de os intelectuais se tornarem uma casta, é assimétrica, na medida em que o papel do intelectual é elevar as massas ao saber científico já definido, que nada mais é que o marxismo.

Nesse sentido, afirma Bobbio: “A revolução bolchevique poderia ser catalogada como uma revolução de intelectuais”; não somente porque “a maioria da classe dirigente do grupo bolchevique era composta por membros da intelligentsia”, mas, sobretudo, porque os revolucionários eram conscientes de estarem realizando, na prática, uma das famosas teses de Marx nos escritos juvenis, ou seja, de que “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”³¹.

Não somente do ponto de vista teórico, como também do ponto de vista do processo histórico real, o marxismo foi um movimento político que, na prática, realizou a teoria elitista. Gramsci, apesar de toda a sua originalidade, não deixa de ser um leninista que reflete sobre uma derrota e pensa a revolução nas condições mais complexas do Estado e da Sociedade Civil no Ocidente.

Considerações finais

Os elementos de uma concepção elitista da política em Gramsci podem ser encontrados em vários aspectos do seu pensamento. Em primeiro lugar, no reconhecimento da existência de governantes e governados, como um fato histórico que deve ser estudado e possivelmente superado; mas que, enquanto existe, deve ser enfrentado. Aqui quem fala não é somente o teórico, mas o dirigente político, que deve tomar decisões no embate político.

O capitalismo já criou essa classe, através dos seus intelectuais orgânicos (e na retaguarda dos intelectuais tradicionais) nas suas múltiplas formas. É preciso que a classe trabalhadora crie os seus intelectuais orgânicos. O partido político como moderno Príncipe é o lugar onde se dá essa formação, um partido de quadros e de massa, ao mesmo tempo, onde os intelectuais assumem um papel dirigente.

Com a teoria dos intelectuais, do partido, da hegemonia ideológica e do bloco histórico, Gramsci propõe uma versão de esquerda da “lei de ferro da oligarquia”, de Michels:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes. (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, nota III, § 12, p. 104-5).

Essa relação vanguarda-massa, com vistas a promover uma hegemonia ideológica, tem algo a ver com a relação elite-massa, na versão democrática do elitismo de Schumpeter, que definia a democracia como uma competição entre elites pelo consenso e controle da massa. Mas é também profundamente diferente, porque os elitistas democráticos eram liberais que não tinham o ambicioso objetivo de representar

³¹ BOBBIO. Intelectuais. In: *O filósofo e a política*, 2003, p. 459. O texto de Marx está na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*.

a “autoconsciência da missão histórica” de uma classe, o proletariado, mas de representar interesses.

E aqui está a ambiguidade do pensamento gramsciano (e marxista em geral) em relação ao conceito de ciência que é pressuposto: enquanto os elitistas utilizam um conceito de ciência “positivista”, Gramsci utiliza um conceito de ciência “historicista”.

O pressuposto, nem tanto implícito, dessas afirmações é que o “povo”, a “classe trabalhadora”, o “proletariado” a “multidão”, conforme os diferentes contextos e ideologias, possuem um interesse unívoco enquanto classe oprimida. Segundo os cânones do materialismo histórico e dialético, entendido como “ontologia do ser social”, a condição econômico-social determina ou condiciona a consciência social. Essa consciência de classe, porém, não nasce espontaneamente, cabe ao partido, como intelectual coletivo, elevar a autoconsciência da massa ao nível da sua missão histórica.

Esse é o pressuposto do elitismo cientificista (socialismo científico) e, ao mesmo tempo, messiânico (filosofia ou teologia da história secularizada)³² do marxismo: elevar a classe ao reconhecimento dos seus “verdadeiros” interesses, mesmo “contra” a própria classe trabalhadora, quando ela não reconhece que esses são os seus verdadeiros interesses. Isso abre toda a discussão que Bobbio enfrenta, em várias passagens sobre o marxismo, como filosofia da história e os seus êxitos autoritários.

Cabe aqui citar uma passagem das mais esclarecedoras, do ensaio de Bobbio, intitulado *Os intelectuais*, da antologia organizada por Santillán:

Quando Marx, num texto da juventude, enunciava sua famosa tese de que “a teoria se transforma em poder material tão logo se apodera das massas”, de que “a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, assim como o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais”, e de que “a filosofia não pode realizar-se sem suprimir o proletariado, e o proletariado não pode abolir-se sem antes se realizar na filosofia”, ele enunciou as premissas e propôs o ideal da identificação entre teoria e prática³³.

Marx colocou assim sobre as costas do proletariado o pesado fardo de ser o herdeiro e realizador da filosofia clássica alemã³⁴.

As reflexões originais de Gramsci sobre o papel dos intelectuais orgânicos, o papel do partido como príncipe coletivo, o conceito de hegemonia política, elementos que, por sua vez, confluem no conceito de bloco histórico, apontam para um elitismo de esquerda, também em Gramsci, mais refinado e complexo do que o de Lênin, porque pensado para as condições da sociedade civil e do Estado no Ocidente³⁵.

Afirmar as semelhanças entre a teoria elitista e a teoria gramsciana não significa negar as diferenças não somente com os teóricos elitistas “clássicos”, mas também com os liberais e democráticos.

Gramsci reconhece a competência política para governar e serem governados a todos, inclusive às classes populares tradicionalmente excluídas do poder político e consideradas ignorantes e incompetentes; ao contrário dos elitistas que reservavam a competência política e a função dirigente a um restrito grupo aristocrático ou oligárquico.

³² LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991.

³³ BOBBIO. *Os intelectuais...*, p. 459.

³⁴ Ver, TOSI, G. Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9)

³⁵ Ver: GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*. § 24. [72] História dos intelectuais. Caderno 13, § 6, e caderno 15, § 4.

Gramsci atribui ao proletariado e às classes subalternas, um protagonismo político que vai além da simples “circulação das elites” de Pareto, que nada mais é do que uma cooptação de novas elites no grupo dirigente. Gramsci, ao contrário, pensa a uma circulação das elites em que as classes subalternas assumam o papel de grupo dirigente tendo como horizonte a superação da divisão entre governantes e governados.

Nesse contexto, atribui aos intelectuais uma relação mais orgânica e inclusiva com as massas tradicionalmente excluídas do poder. A relação intelectual/massa é uma relação dialética que vai em duas direções, do saber popular para o científico e vice-versa e desconstrói a ideia de uma massa somente passiva³⁶.

Há, porém, um pressuposto, nem tanto implícito apesar das reticências de Gramsci devido às condições em que foi obrigado a escrever, ou seja, a missão do intelectual orgânico de “elevar” as massas a um saber “científico-filosófico” já definido, que nada mais é que o marxismo como materialismo histórico e dialético.

Nesse ponto de vista, o idealismo e historicismo de Gramsci é especular ao idealismo e historicismo de Croce e Gentile, embora de sentido oposto: trata-se de um debate entre duas totalidades ou totalitarismos de direita e de esquerda, conservador e progressistas, reacionário e revolucionário. A esse respeito, encontramos, no *Dizionario Gramsciano* uma citação que parece esclarecedora:

“Todavia, no momento em que se desmascara a posição gentiliana como mera hipostatização do regime totalitário imposto pelo Partido fascista, Gramsci distingue entre situações em que “um dado partido é portador de uma nova cultura e se há uma fase progressiva”, de outras em que “um dado partido quer impedir que outra força, portadora de uma nova cultura, se torne ela mesma “totalitária”; e se há uma fase objetivamente regressiva e reacionária. (Caderno 6, §136, p. 800).

A diferença entre o totalitarismo fascista e o comunista consiste no fato de que, enquanto o primeiro tende a reabsorver a sociedade civil no interior do Estado reduzindo a hegemonia à força, no segundo ‘o elemento Estado-coerção pode ser imaginado se exaurindo na medida em que se afirmam elementos sempre mais conspícuos de sociedade regulada’ (ou Estado ético ou sociedade civil).³⁷

Trata-se de uma tarefa grandiosa, que mira a “plasmear uma vontade coletiva nacional que promova uma reforma moral e intelectual da Itália”, enquanto “necessidade histórica” de realizar uma “revolução nacional”, de moldar uma férrea vontade coletiva para alcançar uma forma “superior e total de civilização”; de assumir um papel ético-político quase que absoluto, que não admite conciliações, mediações, e se torna um “imperativo categórico que investe toda a vida e as relações de costume”.

Postura que, ao final mostra que Gramsci nunca se libertou completamente da influência do idealismo, do historicismo e do neo-hegelianismo de Croce, que condicionaram a sua leitura de Marx, que ao final era também um neo-hegeliano, ainda que de esquerda.

Gramsci viveu em um contexto político e histórico-conceitual em que não se via no horizonte como sair da alternativa trágica entre dois totalitarismos, o fascista e o

³⁶ Sobre as diferenças entre os elitistas e Gramsci ver: ALIAGA, Luciana. *Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução*. Curitiba: Appris Editora, 2017. Ver, também: SEMERARO, G. A concepção revolucionária da política em Gramsci: uma análise do Caderno 13. *Movimento - Revista de Educação*, v. 6, p. 34-53, 2017.

³⁷ COSPITO, Giuseppe. Egeonia. In: LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs). *Dizionario gramsciano (1923-1937)* Roma: Carocci Editore, 2009, p. 268.

comunista. Devemos sempre recordar que ele escreveu os seus cadernos na prisão e no momento de auge do fascismo, do nazismo e do stalinismo. Mesmo assim, foi capaz de pensar para além deles, para um futuro diferente, e disso deriva a força do seu legado para a atualidade. Gramsci procurou flexibilizar as categorias marxistas e encontrar um caminho para a revolução socialista que fosse original e próprio para as complexas sociedades ocidentais, “esperando contra toda esperança” que haveria de ter um além e um depois da barbárie nazifascista.

Nesse sentido, após 70 anos, estamos em condições de ter uma leitura mais distanciada do autor, inserindo o seu pensamento em um novo contexto histórico, desvinculado das rígidas categorias do marxismo. A teoria da relação intelectuais/massa de Gramsci pode ser vista assim em uma linha de continuidade com os grandes pensadores da humanidade: com a aristocracia “intelectual e moral” de Platão, com a necessidade compartilhada por todo o mundo antigo e moderno de uma educação (*Paideia*), e de uma formação (*bildung*) dos cidadãos para a vida política, com a valorização dos tumultos da plebe de Maquiavel, com o legado iluminista da universalização do conhecimento científico contra o obscurantismo, com o legado do socialismo de inclusão das massas no jogo político de forma autônoma e consciente, com a luta dos oprimidos do mundo contra a exploração, que fazem de Gramsci um pensador indispensável para o presente e o futuro.

